

# TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS DE JOVENS DO PERÍMETRO CURU-PARAIPABA: PRÁTICAS JUVENIS, RUPTURAS E CONTINUIDADES AO LONGO DE GERAÇÕES<sup>1</sup>

Virzângela Paula Sandy Mendes (doutoranda, PPGS/UFC)  
Antonio George Lopes Paulino (professor adjunto, PPGS/UFC)

## RESUMO

O presente estudo parte da seguinte inquietação: como os jovens do Perímetro Curu-Paraipaba tecem as suas trajetórias num contexto em que a agricultura familiar, finalidade de ser do Perímetro, vem sofrendo modificações/rupturas que possivelmente configuram a descontinuidade desse modelo tradicional? Trata-se de um estudo de natureza etnográfica, concebido a partir de observações vivenciadas em um longo período de inserção em campo e ampliado a partir da construção de tese de doutorado, especificamente entre os anos 2015 e 2018. Para entender as trajetórias dos jovens de hoje se faz necessário um olhar para o passado, considerando as configurações que marcaram a gênese do Perímetro, entendendo esse espaço rural como fruto da intervenção estatal (mediada pelo DNOCS) na década de 1970. Para contextualizar esse período, esse estudo etnográfico, traz narrativas de colonos e filhos dos mesmos sobre a chegada ao Perímetro, a adaptação, o estranhamento e um modelo familiar camponês de existir. Num segundo momento, trago as narrativas biográficas de três jovens, netos de colonos, destacando suas trajetórias e práticas juvenis em um contexto planejado para a continuidade do trabalho agrícola familiar. Alguns interlocutores, empenhar-se nos estudos se apresentou como uma possibilidade de escapular da roça. A agricultura é exposta pelos narradores como uma atividade desgastante e pouco valorizada, o que pode influenciar no distanciamento dos jovens em relação ao trabalho na agricultura. As narrativas aqui apresentadas demonstraram que a organização familiar em torno da agricultura sofreu profundas modificações, se compararmos ao modelo inicial da família do colono e o que temos hoje. Os jovens que estão estudando pretendem seguir outras profissões. Por outro lado, a agricultura ainda oferece possibilidades de futuro, é uma alternativa para o caso da impossibilidade de levar adiante os projetos ligados aos estudos e a empregabilidade formal.

Palavras-chaves: juventude; agricultura; trajetórias.

## Situando as discussões

Este artigo traz reflexões sobre os processos de sucessão, descontinuidades do modelo tradicional de agricultura familiar e projetos de vida a partir das narrativas e trajetórias de jovens, filhos/netos de colonos residentes no Perímetro Curu-Paraipaba. Parte, portanto, da seguinte inquietação: como os jovens, filhos/netos de colonos, tecem as suas trajetórias em um contexto originalmente forjado para a continuidade da agricultura familiar?

A formulação deste objeto de estudo<sup>2</sup> se deu a partir de observações vivenciadas em um longo período de inserção da pesquisadora/doutoranda em campo, inicialmente como técnica em organização de produtores vinculada ao DNOCS, no início dos anos 2000. Neste período, foi

<sup>1</sup>Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 10 e 12 de dezembro de 2018, Brasília-DF

<sup>2</sup> As reflexões aqui apresentadas são parte da tese de doutorado em Sociologia (ainda em fase de conclusão) em curso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.

possível observar o envelhecimento dos colonos assentados pela autarquia, a “venda” ou abandono das unidades agrícolas, motivadas por um possível desinteresse pela continuidade da exploração do lote por parte de seus descendentes.

Seria o fim da agricultura familiar no contexto do Perímetro estudado? Responder esta questão não é simples. Deve-se considerar, primeiramente, que uma das principais características do modelo de produção baseado na agricultura familiar é o envolvimento de todos os seus membros na realização dos trabalhos, sendo que o fruto deste trabalho coletivo deve responder, sobretudo, à reprodução da família.

Outro aspecto importante nesta discussão foi entender o Perímetro enquanto espaço rural<sup>3</sup> implantado pelo DNOCS na década de 1970, no auge da ditadura militar. Para contextualizar este período, foquei aqui narrativas de colonos e filhos de colonos sobre a chegada ao Perímetro, a adaptação e o estranhamento, ou seja, um pouco do cotidiano vivenciado pelos mesmos no tempo da cana<sup>4</sup>. Nesse contexto propõe-se a seguinte questão: como a agricultura ou o trabalho na agricultura se apresenta nessas narrativas?

Para entender as trajetórias e práticas juvenis no contexto estudado, optei por uma abordagem geracional, por entender que não haveria possibilidades (ou seria uma abordagem limitada) de entender o presente sem olhar o passado e dialogar com os velhos colonos. Através das narrativas desses velhos foi possível apreender que, no início do Projeto, os colonos passaram por um processo de socialização fomentado pelo poder autoritário do DNOCS. No âmbito da família, as sociabilidades eram marcadas pelo intenso trabalho agrícola, com o envolvimento de todos os membros (inclusive as mulheres, jovens e crianças), aproximando-os de um modelo camponês tradicional (MENDRAS, 1978; WOLF, 1976; SABOURIN, 2009; WANDERLEY, 2004). O “trabalho na agricultura” tratava-se de um modelo educativo essencial na formação e transmissão de saberes dos pais para os seus filhos, ou seja, o trabalho está relacionado a um aspecto moral.

Analisar o presente tomando como referência o passado, me possibilitou apreender que esse modelo de socialização por meio do trabalho agrícola vem apresentando sinais de descontinuidade, ou seja, este modo de “ser agricultor” vem se modificando. Uma das razões se dá pelo tamanho restrito da área do lote, que é de cerca de 3,72 hectares por família, o que obrigou os filhos a buscarem outras formas de sobrevivência. Essas áreas, destinadas a uma só família, foram

<sup>3</sup> Esta noção de espaço rural foi amplamente discutida por estudiosos como Wanderley (2000, p. 29), que o classifica enquanto [...] “singular espaço de vida, socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, e isto, tanto ao nível da vida cotidiana, quando dos ritmos dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar, tais como, nascimentos, casamentos e mortes e, ainda, no que se refere ao calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa”.

<sup>4</sup> Período iniciado na década de 1970, quando eles produziam cana-de-açúcar e vendiam para a Agrovale, que era uma agroindústria produtora de álcool e açúcar, atuando na Região do Vale do Curu. Para maiores informações, consultar Martins (2008).

modificadas, também, a partir da “divisão do patrimônio” entre os membros herdeiros. Como estas mudanças afetaram as percepções dos jovens sobre a agricultura?

Trata-se, portanto, de um estudo de inspiração etnográfica, que foi conduzido em campo por meio de observações diretas e entrevistas com velhos colonos e jovens com idade entre 15 e 29 anos. Nesse artigo, trago também as narrativas biográficas de três jovens, netos de colonos, os quais destacaram os seus projetos de vida, observando o contexto em que estes se deslocam e sistematizam suas pretensões subjetivas, num cenário de base tradicional que, em tese, seria um espaço de reprodução da agricultura familiar.

## **A AGRICULTURA NO TEMPO DA CANA: HISTÓRIAS E NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE VELHOS COLONOS E FILHOS DE COLONOS**

Cheguei ao Perímetro, em 2001 e costumava ouvir muitas histórias dos moradores sobre o tempo em que eles se tornaram colonos<sup>5</sup>. O senhor Luís me explicou que o DNOCS ia ao sindicato dos trabalhadores rurais: “Eu nessa época era apenas secretário. Eles prometiam que nós teríamos dias melhores. [Eles diziam:] *Não é o céu, mas terão direito a trabalhar para vocês, em terras de vocês, vão ganhar financiamento, vai ter uma cooperativa e o lote é irrigado.*” Estava tudo devidamente planejado, antes mesmo do povoamento do Perímetro. A promessa de ter uma terra própria mobilizou o deslocamento de centenas de famílias como a do Seu Luis: “Vim por conta das promessas, pois trabalha de aluguel. Isso foi o que mais incentivou. Passamos por uma seleção que era de exames de saúde e entrevista. Depois foram buscar as famílias de caminhão” (MENDES, 2011, p. 40). Era a própria autarquia a responsável pelo transporte dos futuros colonos. Eles diziam que algumas famílias tinham quase nada para trazer: “as vezes vinha duas ou três famílias num só caminhão” (idem).

Esta narrativa é relevante para se entender o contexto da implantação desse Projeto. Assim, quando se trata sobre a chegada ao Perímetro, a instalação dos primeiros colonos, a adaptação e o estranhamento, as vivências do passado e do presente (ou o tempo<sup>6</sup> da cana e o tempo do coco),

<sup>5</sup> Denominação imposta pelo DNOCS aos agricultores assentados no Perímetro. Para ser colono, assinava-se um contrato experimental com validade de dois anos. Neste período, o colono passaria por uma avaliação. Caso fosse aprovado, assinar-se-ia um contrato de promessa de compra e venda. Com este contrato, o DNOCS, num prazo de 05 anos passaria o título definitivo, após o pagamento de um determinado valor. Esse contrato venceu sem que o DNOCS assinasse um título. No decorrer deste texto serão apresentadas narrativas de colonos sobre este fato.

<sup>6</sup> Moacir Palmeira (2002, p. 172) teceu uma discussão sobre política e tempo fazendo referência à noção de “tempo da política”. Este “tempo” se relaciona tanto ao período eleitoral (vivenciado pelo eleitorado e candidatos), como também envolve “toda a população, cujo cotidiano é subvertido”. Desse mesmo modo, quando trato aqui sobre o “tempo da cana” e o “tempo do coco” entendo que esses períodos marcaram as sociabilidades das famílias de colonos. Os jovens, por exemplo, não vivenciaram o “tempo da cana”. Os jovens aqui estudados fazem parte do “tempo do coco”. Como esses “tempos” repercutiram na vida cotidiana dessas pessoas? É sobre isso que fala a tese de doutorado em processo de elaboração. Nessa reflexão, para se pensar sobre a relação de um determinado povo com a natureza, num cotidiano em que as relações sociais, os saberes e as práticas se determinam por uma orientação marcada pelo tempo ecológico, uma importante referência se encontra na obra de Evans-Pritchard (1999), Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência

interessam as impressões, os relatos, os fragmentos de memórias dos colonos sobre o seu cotidiano nesse tempo. Interessam suas lembranças: “a lembrança é a sobrevivência do passado. O passado aflora à consciência na forma de imagens-lembrança” (BOSI, 1987, p. 15). Baseando-se no pensamento de Halbwachs, a autora acrescenta:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (idem, p. 20)

Não importa analisar se os fatos narrados são falsos ou verídicos, mas perceber o que ficou como lembrança, o que eles consideram relevante para descrever a sua trajetória no Perímetro, como eles reconstróem, no presente, o passado vivido. Para se descrever seus passos nesse chão, destaca-se a narrativa biográfica<sup>7</sup> de três colonos, todos velhos, acima de 70 anos de idade: o Seu Augustinho, o Seu Evan e a Dona Teresa. São trazidas, também, as narrativas de um filho de colono, as quais complementam as discussões sobre agricultura/trabalho na agricultura, ressaltando aspectos que apontam para a descontinuidade desse modelo tradicional.

Através das narrativas<sup>8</sup>, espero apreender, ainda que parcialmente, alguns aspectos da memória coletiva dos colonos do Perímetro. Como bem exploraram Rocha e Eckert (2013, p. 111-112), traduzindo o pensamento de Halbwachs, a memória coletiva trata-se de um “processo narrativo de construção social”. Ou seja, [...] “as histórias de vida cotidiana seriam um jogo de lembrar e esquecer, de selecionar e ressignificar as práticas sociais que fazem dos sujeitos construtores singulares do conhecimento de suas experiências compartilhadas.” Nesta perspectiva, a história do Perímetro é pensada a partir dos relatos de memórias, das experiências biográficas de quem foi o ator principal, o colono, e assim “reconstrói-se”, parcialmente, a história do tempo vivido.

O tempo da cana e o tempo do coco retratam os movimentos, as deambulações dos colonos e suas famílias. Nesses movimentos, em suas falas, é possível observar as sociabilidades de seu

e das instituições políticas de um povo nilota.

<sup>7</sup> A narrativa biográfica é aqui utilizada como um dispositivo metodológico que possibilita ao sujeito narrador significar a sua experiência de colono, evidenciando sua trajetória de vida, as marcas da memória, os sentimentos, as desventuras, as frustrações e as alegrias. As narrativas de vida possibilitam uma estreita interação entre passado e presente. Rocha e Eckert (2013, p. 120) salientam que “no método etnográfico, os relatos de vida são apreendidos como a maneira singular do sujeito cognoscente de interpretar experiências de vida numa ordenação temporal que lhes faça sentido, exteriorizando valores encarnados no cotidiano em sua forma singular de interagir nos diversos processos de socialização, de se relacionar nas redes múltiplas, evidenciando a complexidade das tramas cotidianas de inserção nos contextos sociais, da negociação dos papéis e performances demandados, da estruturação do eu (self) e no desempenho no ato comunicativo/vivido”.

<sup>8</sup> Suely Kofes (2001, p. 13), em *Uma trajetória, em narrativas*, fala sobre uma antropologia que “elabora interpretações, explicações, teorias, [mas que] também se constitui narrando as estórias ouvidas, escrevendo o oralmente contado”. É assim que são pensadas as narrativas aqui esboçadas.

entorno e seu centro, o seu cotidiano. E ainda, “pelas narrativas, os entrevistados constroem representações individuais remetidas a um plano coletivo”. (ROCHA & ECKERT, 2013, p. 120)

É oportuno salientar que as narrativas apresentadas a seguir foram colhidas através de entrevistas abertas, realizadas na casa do entrevistado. As escolhas foram aleatórias e em função da disponibilidade do colono. Todos os entrevistados foram originalmente selecionados e assentados pelo DNOCS, ainda têm lote no Perímetro e estão lúcidos.

O primeiro entrevistado foi o Seu Augustinho, colono de 94 anos. Era por volta das dezesseis horas do dia trinta de janeiro de dois mil e dezesseis. Na abordagem, agradei por sua disponibilidade e expliquei sobre o interesse em ouvir as “histórias do começo do Perímetro”. A primeira pergunta proposta foi a seguinte: o senhor lembra quando chegou aqui? Ele disse: “Eu me lembro de tudo! Cheguei aqui em primeiro de março de 1977. Vim pra essa casa aqui e num sai não. Era eu, a mulher e cinco filhos”. A conversa seguiu: Era tudo criança? E ele disse: “Não, tudo já trabalhava! Nós trabalhamos na cana. Era todo mundo”.

Nesse momento da conversa a sua filha entra no assunto e diz: “eu tinha 12, o Liuma tinha 10, o outro tinha 11, o compadre Osmar tinha 16, tinha o Ismar e tinha o Sonca, que era pequeno. Esse era neto, mas veio como filho”. Pelo relato da mesma, observo que seus filhos, do ponto de vista legal<sup>9</sup>, eram crianças e adolescentes, mas no relato do colono o que fica na memória é o trabalho na cana, destacando que os que trabalhavam já não eram mais crianças, já tinham obrigações com o trabalho familiar. Pelos relatos é possível notar que, no tempo da cana, o trabalho de crianças e adolescentes era considerado natural e fazia parte do modelo educacional dos pais. Delma Pessanha Neves (1999, p. 226), nos seus estudos sobre a utilização do trabalho infantil em usinas de cana-de-açúcar. Ressalta que há modalidades de trabalho infantil que são

[...] fundamentais na transmissão do patrimônio de saberes e disciplinas de certas profissões e construção do herdeiro, principalmente, do sucessor. A orientação do uso da força de trabalho, nesses casos, referencia-se por valores que orientam a relação entre pais e filhos, mestres e aprendizes. Outrossim, como instrumento de socialização dos novos seres sociais, está associado a divisões sexuais do trabalho socialmente definidas.

A profissão de agricultor se enquadra nessa definição. Os filhos, desde crianças são socializados por meio do trabalho. Os relatos de outros colonos e de seus filhos apresentam cenas que traduzem esta perspectiva. Perguntei: Seu Augustinho no começo aqui era só trabalho? Não tinha diversão? Ele diz:

Não, era só trabalho, bem dizer. Era só reunião. Hoje eu tenho 94 anos e não trabalho mais. Mas eu não trabalho porque minhas pernas dói. Só pode ser cansaço! Até o ano passado **eu fiz feijão** [grifo nosso] pra mim comer. Nesse ano eu num plantei mais nada, mas eu tenho ali 6l de feijão que se aradarem lá eu vou plantar todim lá.

<sup>9</sup> Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, é considerada criança a pessoa com até 12 anos incompletos. É considerada adolescente a pessoa com idade entre 12 e 18 anos (Lei Nº 8.069/1990).

Seu Augustinho fala de um corpo cansado pelo desgaste natural do tempo, por uma vida dedicada ao ofício de agricultor. Por outro lado, ele parece desejar vencer essas limitações quando fala que tem semente para plantar o feijão. Geralmente os agricultores deixam uma parte do feijão colhido para o próximo plantio. É muito emblemático quando ele afirma que “fez feijão”. Nesta afirmativa contém a ideia de que o agricultor, pela relação singular que estabelece com a natureza, se sente parte dela. Vejo a fala de um agricultor que ainda tem a esperança de tirar da terra o seu alimento, embora relate várias dificuldades, principalmente relacionada à “terra fraca” e à falta de água para a irrigação: “Naquela época era água à vontade aqui pra todo mundo trabalhar! Tá com 3 anos que não tem água no meu lote. Coco não tá dando nada. Tudo seco! Hoje não tem mais quem queira trabalhar na agricultura. A agricultura num tá valendo nada”.

Dona Teresa tem 84 anos e reclama do corpo cansado que a impossibilita de realizar as tarefas cotidianas: “Eu não posso fazer mais nada. É ruim. Eu não faço nada que eu fazia antes. Só a comida que eu boto no fogo. E ainda assim quase toda vida queima”. Apesar de sentir no corpo as marcas do tempo vivido e do desgaste natural em decorrência da velhice, Dona Teresa ama a agricultura:

Ah, eu toda vida fui dos mato! Não gostava de tá deitada. Ia todo dia. Quando ele ia plantar a cana lá pra baixo, ia *tudim*. Quando nós fomos plantar tomate, era nós *tudim* trabalhando! Quando o pai morreu aí foi uma tragédia. O mais velho foi embora, foi pra São Paulo. Depois um estudou, estudou e terminou os estudos aí. Aí foi embora que não ia mais ficar aqui. Num tinha emprego, num tinha nada, não ia ficar aqui. Pra que? Pra puxar enxada? Ele detesta enxada desde criança! Não gostava e não gosta!

Observando atentamente sua narrativa, é possível notar a sua estreita interação com a natureza: “eu toda vida fui dos mato!”. Ser agricultora é trabalhar com o manuseio da terra, é ser parte da natureza, “dos matos”. A referida agricultora revela ainda um dado importante sobre os colonos: eles, geralmente, tinham muitos filhos (ela tem nove). No começo, enquanto crianças e adolescentes, eles ajudam os pais no trabalho no lote. À medida que foram crescendo, alguns resolveram “tentar a sorte em São Paulo”. Foi o caso de um dos filhos de Dona Teresa. Vale destacar que a área do lote só é suficiente para o sustento de uma família. Esse fator limitante pode incentivar os filhos a buscarem oportunidade fora da agricultura. A viúva relatou ainda o seu amor pela agricultura:

Agricultura, acho boa neguinha. Só que num tem valor não [risos]. Ninguém dá valor a agricultura, mas eu gosto. Eu nunca gostei de comércio nem quando eu vivia de comércio. Eu só vivia pelos matos.

Eu: A senhora acha que os jovens hoje gostam da agricultura?

Gosta lá, neguinha! Eu não sei porque, mas sei que não gosta. Antigamente eles trabalhavam tudo com os pais. Todo mundo trabalhava. Hoje eles num vão mais não. Vão nada! Eu tenho uma neta aqui que num faz nada. É só estudo. No computador direto. Ela passa o dia todo no colégio. É cansativo demais!

Dona Teresa é uma mulher que ama a terra, que ama o seu ofício. Por outro lado, apresenta a agricultura como profissão desvalorizada socialmente. Os jovens de hoje, para ela, não querem mais seguir esse ofício, diferentemente do seu tempo, quando os mesmos, desde criança, eram socializados por meio do trabalho com os pais. Os colonos mantiveram esse modelo moral em relação aos seus filhos. O jovem que tem dedicação exclusiva aos estudos, para ela, “num faz nada”, como é o caso de sua neta que estuda em tempo integral, não sobrando tempo para os afazeres domésticos ou algum tipo de contribuição para o trabalho na agricultura.

Outro colono entrevistado foi o Seu Evan. O colono de 69 anos foi abordado em sua casa, na sede do município de Paraipaba, no dia 21 de abril de 2016. Ele ainda preserva o seu lote, mas preferiu vender o quintal<sup>10</sup> para comprar a moradia atual. Ele conta que resolveu morar na cidade em decorrência da infraestrutura, especialmente a facilidade de acesso aos serviços de saúde. Seu Evan carrega em sua trajetória a experiência do pai agricultor, dando continuidade ao seu ofício. Sobre isso ele conta: “Foi o meu pai [quem ensinou a trabalhar na agricultura]. Eu ia com meu pai pra roça, eu e outro irmão. Quando chegava lá ele ficava doente e o meu pai mandava ele ir simhora [sic]. Nunca no mundo ele trabalhou!” Para o colono o irmão “era preguiçoso”. Ele, ao contrário, era trabalhador, “aguentava o tranco!”. Ajudar ao pai no trabalho agrícola teve um preço: “Por isso é que eu não sei de nada! Porque meu tempo foi só pra ajudar o papai. Com menos de 10 anos eu comecei a trabalhar. Eu nunca estudei. Porque eu sempre morei nos matos e nesse tempo as escolas era mais difícil e eu me preparei só em ajudar o papai”. Era uma vida mobilizada pelo trabalho, pela necessidade de garantir a sobrevivência.

Já no Perímetro, na condição de colono, ele reafirma uma rotina de trabalho que envolvia uma diversidade de atividades: “o cara fazia trinta coisa num dia”. Quando ele chegou ao Perímetro, seus filhos eram pequenos e não ajudavam nos trabalhos diários, embora acompanhassem os pais no lote. Perguntou-se: E quando foi que o Branco começou a ajudar o senhor?

Eu não me lembro não. Ele desde pequeno ajudava no lote. Ele com 10 anos já cortava capim. Ele e uma irmã mais velha. Os dois pegavam a carroça, iam pro lote arrancar capim e enchiam a carroça de capim e traziam pro gado. O meu filho era no meu pé direito. Por isso é que ele é do jeito que ele é, porque eu ensinei a ele. Ele é trabalhador. Eu ensinei a ele. Eu deixei meus filhos tudo formado na agricultura. Noutra coisa não. Meus filhos tudo é formado, tanto faz o homem quanto a mulher, tudo aprendeu a trabalhar.

Noto na fala do colono o orgulho da profissão herdada do pai e transmitida aos filhos. Ser agricultor está relacionado ao trabalho, simbolizando que os filhos são trabalhadores e, portanto,

<sup>10</sup> Cada colono recebeu do DNOCS um quintal (0,72 hectares) e um lote (3,0 hectares). O primeiro se localizava a casa, o estábulo e uma área de meio hectare para plantação de capim ou outra cultura. O foco principal da produção era desenvolvido no lote. No tempo da cana, a metade era destinada a essa cultura. A outra metade possuía culturas como feijão, laranjeira, macaxeira, tomate, dentre outras. Hoje, tanto quintal como lote, possuem coco plantado. Quase todos os quintais do Perímetro possuem outras casa, além das casas de colono.

não são “preguiçosos”. O trabalho está, portanto, vinculado a um valor. Ele preparou os filhos para uma vida dedicada ao trabalho desde muito cedo. Aparece em suas narrativas, diferentemente de outras, o prazer em identificar a agricultura como sua profissão. Durante a conversa ele afirma que os jovens do tempo do Branco são diferentes dos jovens de hoje. Sobre isso ele afirma: “Porque os jovens de hoje só querem ser sem-vergonha. Naquela época não existia isso. Não tinha essas coisas. O cara era só no trabalho”. Assim como os demais colonos entrevistados, Seu Evan enfatiza um cotidiano marcado pelo trabalho:

Quando nós ia limpar a cana eu pegava essas duas meninas que saíram daqui [quando da chegada para a realização da entrevista, elas estavam saindo] e a outra que mora no [Setor] C1 e o Branco. Tudo uma ninhada desse tamanho! [...] E assim nós tiramos esse tempo. Eles ajudavam em tudo. Quando eu plantava aquela minha área morta perto da lagoa eu plantava um horror de roça. Porque além do lote eu plantava na área morta. Na área morta eu podia plantar o meu milho. No lote eu não podia. Depois é que foi liberado o cabra plantar um milho no lote, uma macaxeira, mas de primeiro não podia não. Quem plantava, o trator do DNOCS ia lá e passava o trator por cima. Se o *seito* [sujeito] plantasse uma coisa sem ser mandado por eles o trator vinha e passava por cima.

Nas lembranças do colono tem os filhos presentes no tempo da cana, um tempo demarcado pela sociabilidade autoritária do DNOCS. Tratava-se de uma época em que todos os membros da família estavam envolvidos na dinâmica produtiva do lote e do quintal. Esse modelo de socialização por meio do trabalho na agricultura foi se modificando em relação aos netos de colonos. É interessante observar a narrativa de um filho de colono, o Branco, que tem 44 anos e trabalha na comercialização do coco. O referido possui uma área morta em que produz coco<sup>11</sup> e também “cuida” do lote do pai. Ao ser indagado se chegou a trabalhar na cana, ele respondeu:

Ceguei! E eu achava bom! Era bom demais. Eu gostava. Tinha gente que não gostava, mas eu achava bom demais. Ia eu e as meninas [suas irmãs] pro lote.

*Você tinha quantos anos?*

Virzângela eu acho que eu tinha uns 7 anos. Com uns 7, 8 anos a gente já tava na roça. Nós já ia pequenininho, mas a gente não fazia nada. Só malinava. A gente ia pra passar o dia. A mãe levava as panelas veia. Aí já tinha a mais velhinha que já ficava olhando a panela e o pai trabalhava. Aí nós fomos crescendo e fomos acompanhando ele. Na limpa da cana, quando chegava a limpa da cana era eu e três irmãs. Trabalhava tudo. Num tinha esse negócio não de ir só homem não! Ia era tudo.

Assim como para os demais entrevistados, levar os filhos ao lote era uma forma de socializá-los no trabalho agrícola, continuando a tradição dos seus antepassados. Todos os membros da família se envolviam nas atividades do lote. No decorrer da conversa, ele foi indagado sobre a sua saída do lote, ou seja, em que momento ele resolveu buscar um trabalho fora da unidade familiar. Ele conta que o colono só tinha acesso a dinheiro através do recebimento da mão-de-obra (um valor limitado e pouco suficiente para as despesas imediatas) e depois da prestação de contas

<sup>11</sup> O coco é atualmente a principal cultura explorada no Perímetro.

com a Cooperativa. Era neste período que o colono, tendo saldo, fazia a feira: “Era anual. A gente comprava o grosso, era de saco. Era saco de arroz, saco de açúcar”. À medida que os filhos iam crescendo e buscavam a sua autonomia financeira, eles eram levados a procurar um trabalho fora do lote. O pai, no caso do Branco, incentivou o filho: “meu filho se você arranjar um trabalho pra ganhar o seu dinheiro você vá, porque eu não tenho condições de lhe dá [sic] nada”.

Nesse momento da entrevista, pedi que ele contasse sobre o seu filho: Você o cria como o teu pai te criou? Ele disse que não é igual, “mas é quase parecido. Porque na minha época o meu pai me criava assim: a gente morava na roça, e trabalhava e estudava. Hoje eu moro na cidade, mas eu tenho a minha roça. Antes eu levava ele comigo pra fazer uma coisinha ali. Hoje não. Ele estuda os dois períodos. Eu digo: estude, porque o que eu tenho, o que eu faço dá pra nós sobreviver.” O fato de o filho de 18 anos estudar os dois turnos o impossibilita de “ajudar o pai”. Contudo, ele avisa que o filho deve se dedicar aos estudos. O que ele ganha é suficiente para manter a família, mas ele exige a contrapartida, que é a dedicação do filho aos estudos:

Na fala do Branco o filho não se identifica com o trabalho agrícola: “O negócio dele é fazer curso de eletrotécnico, essas coisas.” O pai, nesse sentido, oferece ao filho “uma opção”, a opção de estudar e se “livrar” do trabalho agrícola. É colocada em nossa conversa a questão da sucessão hereditária, em que procurei entender se os colonos se preocuparam em formar um filho para a continuidade dos trabalhos na unidade familiar:

Não. Aqui não existe [a preocupação em formar um sucessor]. Porque aqui cada um procura a coisa que quer ser. Então eu acho que é assim, Virzângela. Porque hoje um aluno, um filho que nem o meu, tenta se formar pra não ir pra roça, mas se ele tiver o seu sustento numa melhores condições, pra ele é bom. Porque hoje a roça é complicado. A roça não é fácil. Mas a roça tem sempre que existir. Porque se não existir quem é que vai alimentar? Tem que alguém preparar alguém pra tomar conta, mas ele é o meu mais velho e ele tá nesses estudos. E Deus queira que ele continue, porque se não estudar vai pra roça. Na rua eu não vou deixar. Porque eu sou criado na roça desde 7 anos. Eu sei o que é a roça, mas eu gosto. É pesado, mas eu gosto. Pra pessoa gostar tem que tá dentro.

Algumas questões importantes são levantadas nesta narrativa: a primeira delas é que não havia uma preocupação dos pais em formar sucessores para o trabalho agrícola. Parece que a preocupação maior das famílias, desde o início, era garantir a sobrevivência imediata de seus membros. Embora este narrador seja um homem “da roça”, formado na agricultura, ele entende que esta atividade não é simples. Como ele mesmo diz, “serviço de roça não é fácil”. Para o filho ele deu a “opção” de estudar e buscar um futuro “melhor”. A escola, desse modo, abre uma oportunidade para que os jovens formulem projetos de vida (VELHO, 2013) para além da agricultura. Diferentemente dos colonos, para os quais “ser agricultor” era praticamente a única opção, era “o destino de quem nasceu em uma família pobre da roça”. Ele afirma, por outro lado, que “gostar da roça” exige uma socialização “na roça”, ou seja, “pra pessoa gostar tem que tá

dentro”. Neste caso, é o trabalho agrícola que mediará o processo educativo, assumindo um caráter essencial na formação moral e transmissão de saberes. Esse processo de transferência estaria ligado a um “modo de ser camponês” ou, ainda, à forma como as famílias de agricultores vivem e buscam a sua sobrevivência. Esse modelo de “ser agricultor” vem se modificando, considerando-se o contexto estudado.

## **TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE JOVENS DO PERÍMETRO CURU-PARAIPABA**

Ao trilhar por narrativas e percursos, envolvendo os velhos colonos, os jovens de ontem (seus filhos) e os jovens de hoje (seus netos), almejo possibilitar ao leitor um caminhar por trajetórias de vida, marcadas por idas e vindas, como bem salientou Bourdieu (2005, p. 81), enquanto “alocações e [...] deslocamentos no espaço social”. As narrativas aqui apresentadas, desse modo, são “testemunhos da experiência vivida [...], orientado pela intenção de conhecimento do pesquisador que a registra” (BERTAUX, 2010, p. 65). Os (as) interlocutores (as), por sua vez, diante dessa intencionalidade, “[...] seleciona, no universo semântico da totalização interior de suas experiências, o que seria susceptível de responder as expectativas do pesquisador (idem). Aqui, nesse tópico em específico, através das narrativas biográficas dos jovens, procurei apreender como os seus projetos de vida foram construídos e efetivados (ou não) ao longo de sua trajetória. Sobre essa perspectiva convém observar as palavras de Pais (2001, p. 11): “Ora, os jovens vivem predominantemente numa espacialidade antropológica que é fractal por natureza, dando guarida ao mítico, ao sonho, ao desejo, à ilusão, ao inesperado, ao indefinido, ao enigmático, ao especulativo, à indeterminação”.

A escolha dos sujeitos que fizeram parte deste tópico se deu no decorrer da pesquisa de campo, mais precisamente entre os anos de 2016 e 2017. A ideia seria reconstruir a trajetória de pessoas que pudessem representar a diversidade de jovens que encontrei ao longo desse estudo. Assim, trago um pouco das trajetórias dos meninos Joabe e Marquim e da menina Bruna. Não são histórias com um encadeamento lógico e linear, marcadas por início, meio e fim (BOURDIEU, 2005), são trajetos em construção, irregulares, instáveis e inacabados.

A minha intenção é dar voz aos narradores e narradoras com a perspectiva de tentar capturar o processo de construção dessas subjetividades juvenis. Por outro lado, destaco em suas narrativas a experiência vivida, ou melhor, busco em suas narrativas biográficas as singularidades das experiências juvenis e os significados que eles atribuem ao tempo vivido. Ao narrar sobre suas experiências vividas, vão rememorando eventos do passado e, ao mesmo tempo, refletindo sobre eles. Como lembrou Luciane De Conti (2012, p. 148), “as narrativas de vida se constituem antes de

tudo em um meio para compreender a vida e a nós mesmos porque permitem estabelecer um elo entre o passado, o presente e o futuro [...]”, potencializando “a elaboração das memórias de si, apoiadas naquilo que nos contaram e falaram sobre nós mesmos, sobre os outros, sobre nossa história pessoal e/ou coletiva” (idem).

Meu primeiro interlocutor foi Joabe, de 20 anos, que é coordenador da Juventude do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraipaba. Uma de nossas conversas ocorreu no dia 28 de julho de 2016, as 16 horas, na casa da Nirinha<sup>12</sup>, regada a café com tapioca e queijo coalho. Ele mora com os pais e os irmãos, mas está fazendo uma casa no quintal da família. Ele tinha planos de se casar, porém sofreu uma desilusão amorosa e encerrou o relacionamento. O pai, Seu Zé Barroso, estava com 70 anos e a mãe com 48 anos. Seu irmão mais velho com 23 anos e “faz bico em tudo que aparece”. Ele é casado e tem um filho, mora também no quintal do pai, onde construiu sua morada: “Aqui em casa tem eu, a Janaina, que é do ano 2000. Aí tem o Lucas, que tem 18 anos. O Luquinha ajuda o pai no lote, capina. Todo dia ele vai pro lote com o pai [...]. Eu ajudo mais de final de semana [...]. O pai todo o dia vai pro lote, todo o dia”.

A fala do interlocutor sintetiza um dos modelos típicos de família do Perímetro: a medida que os filhos vão casando, eles vão construindo suas casas na área do quintal do pai. O patriarca mantém o modelo educativo dos tempos da cana, quando os filhos acompanhavam o pai nos tratos culturais no lote. O Zé Barroso é conhecido na localidade por sua forma tradicional de conduzir a educação dos filhos, conservando um modo camponês de existir, pautado, sobretudo, no “caráter familiar do trabalho”, que “seria o elemento central de uma lógica econômica própria do modo de produção camponês” (WOORTMANN, 1990, p. 24), ou seja o espaço camponês, seguindo a lógica do autor, trata-se de um espaço moral.

Fruto do seu segundo matrimônio, o seu pai o educou da mesma forma que educou os filhos do primeiro casamento, os quais estão na faixa etária de quarenta anos. Ele explicou que precisava trabalhar para ajudar na renda familiar, o que chamou a atenção do Conselho Tutelar por se configurar, do ponto de vista institucional, como trabalho infantil:

É assim, quando eu era mais pequeno eu vendia acerola, eu vendia macaxeira, eu vendia coco, eu ajudava o pai no lote também. Eu ia até aquela mulher do queijo, meu irmão também ia. Aí o Conselho Tutelar bateu lá em casa, porque o Estatuto do Adolescente diz que a gente não pode trabalhar, sei que, sei que ... Mas é aquela questão: ou trabalha ou morre de fome. Porque a gente ajudava o pai no lote e a gente se mantinha com as coisas que a gente plantava no lote.

Para Joabe, a intervenção do Estado pode contribuir de alguma forma para o distanciamento dos filhos em relação às atividades agrícolas no lote, assunto bastante recorrente nas falas dos colonos e seus filhos durante a pesquisa de campo. Ele faz uma crítica sobre isso:

<sup>12</sup> Nirinha tem 37 anos, é neta de colono e foi uma das interlocutoras-chave de minha tese de doutorado, contribuindo desde o início para a minha inserção em campo e contato com os jovens da localidade.

Porque ele (O Estado) chega e diz: “jovem você não pode trabalhar na agricultura, porque você é de menor”. Mas o que o Governo faz para que os jovens permaneçam no campo? Não tem cursos acessíveis ou programas. Pelo menos é isso que eu vejo aqui na minha comunidade aqui. Não tem incentivo. Já que é lei que os jovens não podem trabalhar, o que eles estão fazendo para que os jovens permaneçam no campo? Não estão fazendo nada! E fora que eu não me arrependo não de ter ajudado meu pai no lote.

Para o narrador, foi importante trabalhar, porque ele aprendeu o valor da terra, o significado da agricultura para a permanência do homem em seu espaço de origem. Contudo, segundo ele, não há incentivos e investimentos para que os jovens desenvolvam atividades agrícolas. No sentir do jovem, proíbe-se que a criança ou o adolescente acompanhem os pais no lote ou na venda de seus produtos, mas não se apresenta uma alternativa viável para que estas famílias possam sobreviver dignamente.

Joabe tem a sensibilidade de perceber que nem todos os jovens possuem as mesmas oportunidades e isso é um fator limitante. Ele ressaltou que faz faculdade de matemática à distância e que custeava os seus estudos com muitas dificuldades: “[...] tem que ter condição. Eu sei de cada jovem que tem dificuldade! Porque pode passar no cartão. Eles parcelam, é complicado. Eu pago o meu, mas acho que se eu não trabalhasse eu não fazia essa faculdade, não”. O sonho de cursar uma faculdade não é acessível a todos. Não há universidade pública na cidade e muitos, quando podem, pagam um curso particular, muitas vezes de qualidade duvidosa, promovida por Institutos ou pólos. Para Joabe a situação financeira da família veio a melhorar quando os pais se aposentaram: “Eu já passei por cada vergonha na minha vida! (risos) Antigamente a mãe e o pai não era aposentado, a gente vivia só da agricultura. Lá em casa, às vezes, era só arroz, feijão e rapadura. Lá em casa nunca teve merenda a tarde. Quando o pai se aposentou as coisas melhorou. A mãe também se aposentou por invalidez”.

Joabe também retrata em sua fala as dificuldades que passam os agricultores do Perímetro, ou seja, sem água para a irrigação, os colonos que não conseguiram escavar um poço artesiano estão com a produção do coco comprometida. A família de Joabe está endividada e comprometerá os recursos da aposentadoria para honrar a prestação do financiamento. Mesmo diante das dificuldades, Joabe sonha com um futuro próspero:

Meu sonho agora é... Assim, você deve pensar como eu, quando a pessoa arranja um emprego ela quer progredir, quer crescer, arranjar uma coisa melhor. Por mais que o emprego seja bom a pessoa quer progredir. Aí eu trabalho no sindicato e eu já tenho muita coisa, é bom. Mas eu quero me formar em licenciatura em matemática e eu quero dar aula. A faculdade que eu faço o pessoal diz que é fraca, mas eu não tô nem aí, porque é o que eu posso pagar. Eu pago R\$ 190,00 por mês, é de 15 em 15 dias, é a distância, né? O que eu ganho é pouco, mas eu pago um bocado de coisa, pago a faculdade, a moto que é duzentos reais. Eu não gosto de chorar miséria, porque eu já passei. Eu tinha passado numa faculdade lá em Fortaleza, eu fazia enfermagem, lá no Ateneu pelo PROUNI. Eu saía de Paraipaba as 4 horas, tomava banho no sindicato e pegava o ônibus pra ir pra Fortaleza. Aí chegava em casa mais de 11 horas da noite e acordava morrendo de sono pra trabalhar e fora que lá era

perigoso, era só eu e outro menino. Pra falar a verdade, Fortaleza era novidade pra mim. A gente tinha que pegar o ônibus. Um dia a gente quase perdeu o ônibus e eu fiquei com medo. Isso foi no ano passado. Meu sonho hoje é ser professor. O resto só Deus sabe! Eu tô sonhando alto, mas pode ser que eu consiga.

O salário que ele recebe do sindicato é o que viabiliza parte de suas aquisições e seus projetos de vida (no caso o de ser professor de matemática). Ser professor de matemática, a meu ver, foi o sonho possível, diante das dificuldades de deslocamento para acessar a uma faculdade em outra cidade. O narrador demonstra em sua fala que a cidade grande também pode ser ameaçadora para quem não a conhece: encarar a cidade é um desafio para quem ousa mudar de rota e cursar o superior. Joabe informa que gosta de morar no Perímetro: “É melhor do que morar em Paraipaba mil vezes”. Entre a tradição familiar, ele projeta concluir os estudos e ser professor no seu setor. “É o meu sonho!”

Outro interlocutor da pesquisa foi Marquim. No dia 28 de dezembro de 2017, por volta das dezessete horas e vinte e cinco minutos fui para a casa da Nirinha esperar seu irmão mais novo para a nossa entrevista. Marquim tem 28 anos e faz “de tudo um pouco”. Ele é casado e tem um filho pequeno de seis meses. Sua filosofia de vida é a seguinte: “a pessoa tem que fazer mais de uma coisa, porque quando não dá certo uma, dá certo a outra. E se você só tem uma coisa e se ela não dá certo, aí você fica sem nada”. É com essa ideia que ele vai vivendo. Marquim é um jovem viverdor como se diz no Ceará. Ele nasceu no Perímetro em 1989, mas aos sete anos de idade foi morar com a mãe e o pai em Tianguá. Na época seu pai trabalhava em uma agroindústria de cana-de-açúcar localizada na região de Tianguá. Cerca de cinco anos depois eles voltaram ao Perímetro, após a falência da empresa e o menino começou a ajudar o pai na venda de coco.

Meu pai quando voltou pra Paraipaba passou a vender coco. Tinha o nosso coco e o que faltava ele comprava. A gente vendia de lanchonete em lanchonete. A gente ia daqui até Sobral vendendo o coco no caminhão. A gente enchia o caminhão e saía vendendo sem ter a certeza de que ia vender. A gente parava de Bar em Bar e ia oferecendo. A gente passava três dias andando. E dava certo. A gente vendia uma carrada. Era eu, meu pai e tinha um rapaz que ajudava também a descarregar. (Eu pergunto se dava para ganhar dinheiro e ele diz que sim). Dava pra ganhar, sim. Nós trabalhamos com isso mais ou menos até 2007, eu acho. Aí foi o tempo que começaram a plantar coco no Baixo Acaraú, aí não deu mais. Aí, ele parou.

O jovem explicou que o pai vendia cerca de 10.000 (dez mil) cocos por semana, mas quando o Perímetro do Baixo Acaraú<sup>13</sup> começou a produzir coco ele não teve mais como concorrer. Como isso, o Perímetro vem perdendo espaço no mercado, especialmente em relação ao coco in natura, ficando refém das agroindústrias. Em uma das conversas que tive com o Branco (que é produtor e

<sup>13</sup> O Perímetro Irrigado Baixo-Acaraú está localizado na região norte do Estado do Ceará, no trecho final da bacia do Rio Acaraú, abrangendo áreas dos municípios de Acaraú, Bela Cruz e Marco (DNOCS). A pesquisa realizada por Cavalcante (2015) apontou que o Baixo Acaraú é um dos perímetros que produzem coco no Ceará, com cerca de 1.302 hectares,

atravessador de coco) ele me relatou que o coco de Paraipaba é “dependente das fábricas”, que ditam os preços. Boa parte do coco produzido no Perímetro, segundo ele, vai para a Paraipaba Agroindustrial<sup>14</sup>: “Se a fábrica fechar, ferra todo mundo, porque não vai mais coco pro Rio de Janeiro e pra outros estados como era antes. O consumo de Fortaleza é pouco. Todo canto tem coco”.

Eu pergunto ao narrador desde quando ele trabalha na agricultura e é assim que ele responde:

Marquim: Desde sempre, eu sempre trabalhei com plantação. Eu nunca trabalhei com outra coisa. Até quando a gente foi pra serra e meu pai saiu da Agrosserra, porque lá só durou dois anos lá, a moagem, aí parou, porque deu um problema lá. Aí meu pai arrendou um terreno lá. Lá eles plantam esse negócio de verdura. Aí eu ficava por lá. Eu ia acompanhar. Trabalhar eu num trabalhava não, mas eu ia. Mas eu sempre tava com ele. Ele trazia verdura pra vender em Itapipoca. Eu tava lá pelo meio, eu era pequenininho.

Eu: Você acha que é importante o filho acompanhar o pai?

Marquim: Acho. Com certeza! Porque ele já vai pegando o macete, vai vendo como as coisas funcionam. Pra quando ele chegar de adulto, ele não tá leigo. Porque as vezes o cabra tenta estudar, tenta arrumar um emprego, mas não dá certo, né? Aí, se não souber fazer alguma coisa, passa necessidade.

Marquim explica que “corre atrás” da sobrevivência: “De vez em quando eu vendo coco pra fábrica lá do Centro Gerencial, eu vendo pra fábrica de coco lá do Trairi. Meu pai me ensinou a viver e a trabalhar”. Ele enfatizou que pretende criar seu filho da mesma forma que foi criado: “estudando e trabalhando”. A pessoa, segundo ele, “não pode ficar amarrado numa coisa só”. A conversa com o Marquim me proporcionou várias reflexões. O trabalho na agricultura é árduo, mas também oferece possibilidades, considerando que a inserção no mercado formal de trabalho não é algo fácil. Aprender a trabalhar se relaciona também à luta pela vida, pela sobrevivência. Tornar o jovem apto ao trabalho é uma possibilidade de formá-lo para a vida, para a luta por sua inserção num mundo cheio de adversidades e incertezas. É com esse propósito que ele pretende educar o filho.

Seu projeto é ter uma agroindústria familiar certificada<sup>15</sup>, apta a fornecer seus produtos para a merenda escolar e para outros compradores. Como destacou Machado (2001, p. 15), “a realização do que se projeta exige certo nível de organização, de planejamento das ações”. Nesse sentido, o narrador vem costurando seu projeto (talvez o principal) “sem deixar de mão” as suas outras

<sup>14</sup> O Perímetro sedia essa grande agroindústria processadora do fruto, que exporta água de coco envazada para países da Europa.

<sup>15</sup> A esposa de Marquim, a Kelliane, faz parte da associação das mulheres, que vende seus produtos para a merenda escolar, mas os produtos industrializados devem seguir as normas sanitárias vigentes. Através da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, fica determinado “que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas”. Para outras informações, consultar: <http://www.fn.de.gov.br/programas/pnae/pnae-cixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>. Acesso em: 31.07.2018.

atividades: vender coco, fazer suas polpas (ainda artesanalmente) e comercializar a carne dos porcos que cria. “Eu me viro!” A família de Marquim segue um modelo tradicional de agricultura familiar, sendo que parte de sua produção é direcionada ao mercado. Situada em determinadas condições que foram projetadas ao longo de sua trajetória, a meu ver, a educação dos pais foi decisiva para a continuidade desse modelo de família.

A terceira interlocutora foi Bruninha. Meu primeiro contato com Bruninha foi em 29 de julho de 2016. Ela contava 20 anos e fazia faculdade de pedagogia, em Fortaleza, na UFC. Atualmente mora na residência universitária desde março daquele ano. Conversei com ela na cozinha da Nirinha no dia 29.07.2016. Depois de explicar sobre o objeto da minha tese, peço que ela fale um pouco sobre os jovens do Perímetro. Lá, por sua vez, expôs a sua preocupação com os meninos que não querem estudar e acabam vislumbrando no coco a única possibilidade de ganhar o sustento. Para ela, se os jovens não procurarem “refletir sobre o próprio existir, sobre o futuro, então um dia aquilo não vai mais ser próprio pra ele. Ele vai ter vontade de crescer, de ser algo melhor, só que ela não buscou enquanto estava na juventude”. A juventude, para Bruna, é uma etapa em que se deve aproveitar para estudar, para construir as bases de um futuro. Quem não aproveitar essa etapa, poderá se arrepender no futuro.

Bruna, desde cedo, foi incentivada a estudar e a família ofereceu as condições necessárias para que ela cursasse um curso superior, embora sejam pessoas simples: “Principalmente minha mãe, sempre me incentivou. Ela sempre dizia busque, estude, porque se você quiser ter algo melhor pra sua vida você vai ter que estudar e outra coisa eu não vou poder lhe oferecer”. Ela explicou que sua “mãe nunca teve condições, aliás a minha família. A minha mãe é agricultora, meu pai é agricultor. Minha família sobrevive da agricultura. Somos quatro filhos no total, contando comigo, tenho três irmãos”. Bruna sempre foi uma menina estudiosa e dedicada, sendo que o resultado de seus esforços foi passar em uma universidade pública, servindo-se da política de cotas. Sem a proposta de democratização do acesso ao ensino superior, mediante aprovação da Lei Nº 12.711/2012<sup>16</sup>,

<sup>16</sup>A Lei nº 12.711/2012 garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia “a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos”. Segundo o Portal do MEC: “As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Para mais informações, consultar: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 31.07.2018.

Bruna, diferente de Joabe e Marquim (e de tantos outros jovens do Perímetro e de outros centros urbanos e cidades rurais) viveu o tempo de moratória juvenil. O acesso as políticas públicas inclusivas possibilitou vivenciar um período que, segundo Urresti e Margulis (1996), são mais vivenciados por jovens pertencentes às classes mais abastadas da sociedade e não os das classes populares. Os autores destacam que

Los jóvenes de sectores medios y altos tienen, generalmente, oportunidad de estudiar, de postergar su ingreso a las responsabilidades de la vida adulta: se casan y tienen hijos más tardíamente, gozan de un período de menor exigencia, de un contexto social protector que hace posible la emisión, durante períodos más amplios, de los signos sociales de lo que generalmente se llama juventud. (2008, p. 2)

Esse período de adiamento das responsabilidades inerentes ao mundo dos adultos (trabalhar, sustentar-se e casar-se, por exemplo) trata-se de uma realidade vivenciada atualmente por alguns jovens das classes populares e, especificamente por jovens do interior que vão cursar uma universidade. Assim como acontece com Bruna, os estudos de Braga (2018, p. 72), apontaram que “as meninas, sobretudo aquelas que estão na universidade, não possuem nenhuma obrigação social para com seu grupo família – com raras exceções, a depender, principalmente, das condições financeiras destes”. Não se trata aqui de generalizar, mas de expôr algumas mudanças (ainda que lentas e limitadas), vivenciadas por alguns grupos de jovens. Por isso, como nos lembrou Novaes (2006), não é possível homogeneizar as vivências juvenis, ou seja, “qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais” (p. 105).

Voltando a minha conversa com Bruna, perguntei sobre as suas perspectivas em relação ao futuro e ele destacou que “primeiramente eu espero terminar o meu curso. E sim eu quero terminar o meu curso de pedagogia”. Bruna tem um pensamento firme em relação ao seu projeto de futuro: “Mas eu não quero seguir no ramo da educação infantil, porque o pessoal pensa que tá fazendo pedagogia vai seguir no ramo da educação infantil. Não. Eu pretendo seguir na área de gestão educacional, fazer mestrado e doutorado. É isso que eu quero do meu futuro”. A narradora vem trilhando os passos para alcançar os seus objetivos: faz parte de um grupo de pesquisa, é bolsista e faz curso de inglês. Ela destaca que a faculdade exige muita leitura e ela vem se dedicando aos estudos, pois tem consciência de que há uma ampla concorrência a ser ultrapassada a fim de atingir aos seus objetivos. Através de sua inserção no meio universitário, Bruna me disse que ampliou as suas percepções em relação ao mundo que a rodeia e também em relação aos seus planos. Conforme destacou os estudos de Freitas (2015, p. 190), a inserção no mundo universitário se apresenta “como ação significativa na (re) elaboração de visões de mundo e projetos de vida”. Além disso, “propiciou uma ampliação da visão de mundo que lhes permite atualmente repensar a relação com o seu meio de origem” (idem, p. 200). Viver da agricultura nunca passou pela cabeça

dessa menina, filha e neta de agricultores. A valorização dos estudos (por parte dela, principalmente, e da família, que a incentivou), somada às oportunidades trazidas pelas políticas inclusivas, viabilizou o seu acesso a um novo mundo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As narrativas dos colonos sobre a sua trajetória no Perímetro demonstram que eles passaram por um processo de socialização fomentado pelo poder autoritário do DNOCS. No âmbito da família, as sociabilidades eram marcadas pelo intenso trabalho agrícola, com o envolvimento de todos os membros (inclusive as mulheres, jovens e crianças), aproximando-os de um modelo camponês tradicional (WANDERLEY, 2004). O “trabalho na agricultura” tratava-se de um modelo educativo essencial na formação e transmissão de saberes dos pais para os seus filhos (CANDIDO, 1979). Esse modelo educativo vivenciado pela geração de colonos foi repassado para os seus descendentes. O trabalho em seu aspecto moral vem apresentando características de descontinuidades em se tratando das relações entre os filhos de colonos os seus respectivos filhos, netos de colonos.

Para muitos de meus interlocutores, a exemplo de Branco, empenhar-se nos estudos se apresentou como uma possibilidade de escapular da roça. Sem esquecer que a dedicação ao trabalho no campo exige uma socialização, um aprendizado, que pode ser transmitido pelo pai que leva o filho para o lote, a agricultura é exposta pelos narradores como uma atividade desgastante e pouco valorizada. O distanciamento dos jovens em relação ao trabalho na agricultura podem estar relacionados a esse imaginário popular (presente em alguns discursos) que define a agricultura como uma atividade inferior, uma doxa presente na máxima de que “quem não estuda vai pra roça!”. A roça, no discurso do Branco aparece em tom ameaçador, imposta como um castigo para o filho, caso este não se dedique aos estudos.

Assim, resguardadas as suas limitações, as narrativas aqui apresentadas demonstraram que a organização familiar em torno da agricultura sofreu profundas modificações, se compararmos ao modelo inicial da família do colono e o que temos hoje. Os jovens que estão estudando (como Bruna e Joabe) pretendem seguir outras profissões. Embora pretendam permanecer no espaço rural, as suas expectativas estão direcionadas para o assalariamento.

Alguns narradores, a exemplo de Joabe, destacaram que não basta o Estado impedir (via Conselho Tutelar) que as crianças e adolescente trabalhem com os pais no lote ou vendam seus produtos (ou ajudem no sustento familiar), é necessário que essas famílias tenham condições de viver dignamente na roça, de permanecer no campo. Assim, os pais que acreditam na dimensão educativa do trabalho, segundo alguns narradores, continuam adotando esse modelo particular e tradicional de transmissão de saberes. Por outro lado, a agricultura ainda oferece possibilidades de

futuro, conforme destacou Marquim, é uma alternativa para o caso da impossibilidade de levar adiante projetos ligados aos estudos e a empregabilidade formal. Nem todos os jovens podem viver a moratória juvenil e acabam entrando precocemente no mercado de trabalho.

Nesse sentido, o olhar direcionado ao Perímetro e à sua juventude pressupõe compreender este território circunscrito em uma multiplicidade de ruralidades e que, apesar de ter o seu próprio dinamismo social e econômico, dialoga com outras esferas mais amplas. Os jovens aqui pesquisados apresentaram durante nossas conversas, fatos marcantes que delinearão os movimentos de suas vidas, seja o casamento, a chegada dos filhos, a inserção no mercado de trabalho ou o ingresso em uma universidade. São jovens que moram no Perímetro e que estão trilhando seus passos em uma dada conjuntura, embora não apresentem trajetórias homogêneas e sequenciadas. São jovens movidos por sonhos e que buscam a realização de seus projetos, os quais, como já mencionei, estão em devir, em movimentos incessantes, porque não se trata de realidades fixas.

## REFERÊNCIAS

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Tradução: Zuleide Alves Cardoso Cavalcante, Denise Maria Gurgel Levallée. São Paulo: Paullus, 2010.

BOSI, Ecléa. **Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª ed. 1987.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas/São Paulo: Papius, 7ª ed. 2005.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 5ª ed. 1979.

CONTI, Luciane De. **A construção de espaços lúdicos e a composição narrativa da infância**. In: Coleção Pesquisa (Auto) Biográfica – temas transversais. Gênero, geração, infância, juventude e família. Natal: Ed. UFRN, 2012.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. (Coleção Estudos).

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A Morada da Vida**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas/SP: Mercado de letras, 2001.

MENDES, Virzângela P. S.. **Os Projetos de Vida da Juventude do Perímetro Curu-Paraipaba: entre o sonho e a realidade**. Fortaleza: UECE, 2010 (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade).

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NEVES, Delma P. **A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção**. Niterói, RJ, INTERTEXTO, 1999.

NOVAES, Regina. **Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias**. In: ALMEIDA, Maria Isabel; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 105-120.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. Porto: Ambar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Jovens, trabalho e futuro*. In: Trabalho Infância: exercícios tensos de ser criança. Haverá espaço na agenda pedagógica? Miguel G. Arroyo, Maria dos Anjos Lopes Viella, Maurício Roberto da Silva (org.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PALMEIRA, Moacir. “Política e tempo: nota exploratória”. In: PEIRANO, Mariza. *O dito e o feito: ensaio e antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume do Mará, 2002.

ROCHA, A. L. C. & ECKERT, Cornelia. *Etnografia da Duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Ed. Pallotti. 2013.

SABOURIN, Eric. Tradução: Leonardo Milani. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2009.

STROPASOLAS, V. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis Ed da UFSC, 2006.

VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na Cidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2013.

WANDERLEY, Maria Nazareth. “A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo”. *Estudos – Sociedade e Agricultura*, n. 15, 2000.

\_\_\_\_\_. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades*. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/UFRRJ. Acesso em: <http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>.

WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMAN, Klass. “Com Parente Não se Negueia” *O Campesinato Como Ordem Moral*. In: Anuário Antropológico/87. Brasília: Editora UnB/Tempo Brasileiro, 1990.